

ARTIGO <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i34.5463>**SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A CONCEPÇÃO DOS
ACADÊMICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA****BEING AN INFANT SCHOOL TEACHER: THE CONCEPT OF STUDENTS FROM THE
PEDAGOGY COURSE****SER PROFESOR DE EDUCACIÓN INFANTIL: LA CONCEPCIÓN DE LOS
ACADÉMICOS DE LA FACULTA DE PEDAGOGÍA***Marta Regina Brostolin*

Universidade Católica Dom Bosco – Brasil

Resumo: Este texto focaliza a formação de professor no âmbito do curso de Pedagogia e teve por objetivo identificar o perfil do acadêmico ingressante e sua concepção sobre a docência na infância. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e empregou como instrumento para a coleta de dados um questionário aplicado a um grupo de trinta e um acadêmicos do 1º semestre. Os dados coletados demonstraram que o perfil encontrado é de um grupo jovem em sua maioria e busca a profissão consciente da sua complexidade, caráter político e social, se posicionando a favor da educação da criança pequena com responsabilidade, sensibilidade e ética.

Palavras-chave: Concepção de docência na infância. Pedagogia. perfil do ingressante.

Abstract: The study focuses on teacher training within the ambit of the Pedagogy course and has as its aim identifying the profile of the incoming students, and their concept of infant teaching. The research presents a qualitative approach, of an exploratory character, and used as an instrument for the collection of data a questionnaire applied to a group of thirty students in the first semester. The data collected research show that the profile found is that of a group of young people and who seek a profession, the complexity, political and social, and took a position in favor of infant schooling with responsibility, sensitivity and ethics.

Keywords: Concept of the teacher in infant schooling. Pedagogy. profile of incoming students.

Resumen: Este texto aborda la formación de profesor en el ámbito de la facultad de Pedagogía y tuvo el objetivo de identificar el perfil del académico de Pedagogía y su concepción sobre la docencia en la infancia. El trabajo presenta un enfoque cualitativo, de carácter y utilizó como instrumento para la recogida de datos un cuestionario aplicado a un grupo de treinta y un académicos del 1º semestre. Los datos recogidos demostraron que el perfil encontrado es de un grupo joven la mayoría escoge la

profesión consciente de su complejidad, carácter político y social, y creen que la educación de los(as) niños(as) pequeños(as) debe ser con responsabilidad, sensibilidad y ética.

Palabras-clave: Concepción de docencia en la infancia. Pedagogía. perfil del alumno.

Considerações Iniciais

As pesquisas e experiências nacionais e internacionais têm demonstrado a importância da educação infantil para a socialização e a aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos de idade, adotando-se para isso processos pedagógicos próprios e adequados às necessidades e demandas das crianças pequenas e investindo-se na formação específica dos profissionais. Esta formação segundo determinação da LDBEN, Lei n.9.394/96, que normatiza a educação brasileira deve ser em nível superior em cursos de licenciatura/Pedagogia, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitindo-se o nível médio, na modalidade normal como formação mínima.

Partindo desta premissa, o trabalho em questão focaliza a formação do professor de Educação Infantil no âmbito do curso de Pedagogia e teve por objetivo identificar o perfil do acadêmico ingressante e sua concepção sobre a docência na infância.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e empregou como instrumento para a coleta de dados um questionário com questões abertas e fechadas aplicado a um grupo de trinta e um acadêmicos do 1º ano que estudam em período noturno. A pesquisa bibliográfica revisitou a história da educação contemplando os cursos de formação de professores no Brasil, evidenciando as sucessivas legislações que vieram a regular o Curso de Pedagogia e as discordâncias quanto à sua finalidade e currículo. Espera-se com este estudo contribuir para a reflexão e discussão na área de formação docente visando uma maior qualificação do profissional da Educação Infantil.

Formação de professores: revisitando brevemente a história

Segundo Saviani (2009), a necessidade de formação docente foi preconizada por Comenius no século XVII, mas exigiu uma resposta institucional após a revolução francesa com a necessidade de instrução popular surgindo então as Escolas Normais. A primeira instituição foi proposta pela convenção em 1794 e instalada em Paris em 1795. Surge então a Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal

Primária para preparar professores para o ensino primário em vários países, tais como: Alemanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos que foram se instalando ao longo do século XIX.

No Brasil, a necessidade de formação de professores surge após a independência quando se cogita da organização da instrução popular a partir da Lei das Escolas de Primeiras Letras, de 1827. A promulgação do Ato Adicional de 1834 colocou a instrução primária sob a responsabilidade das províncias surgindo então a Escola Normal, locus de formação, cujo currículo era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras, desconsiderando o preparo didático-pedagógico, sendo a pioneira a de Niterói.

O padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais foi fixado com a reforma da instrução pública no Estado de São Paulo, em 1890. A reforma foi marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e ênfase nos exercícios práticos de ensino com a criação da escola-modelo anexa à Escola Normal assegurando assim, a preparação pedagógico-didática.

De acordo com Saviani (2009), uma nova fase teve início a partir do advento dos institutos de educação concebidos como espaços de cultivo da educação, sendo objeto de ensino e pesquisa. Os institutos de educação foram pensados e organizados numa perspectiva que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico, caminhando rumo à consolidação de um modelo pedagógico-didático de formação docente. À frente estavam o Instituto de Educação do Distrito Federal, concebido e implantado por Anísio Teixeira em 1932 e dirigido por Lourenço Filho, e o Instituto de Educação de São Paulo, implantado por Fernando de Azevedo em 1933, ambos sob a inspiração dos ideais da Escola Nova.

Os institutos de educação foram elevados ao nível universitário, o de São Paulo incorporado à USP, em 1934, e o carioca à Universidade do Distrito Federal, em 1935. Foi sobre essa base que se organizaram os cursos de formação de professores para o ensino secundário, sendo referência a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada pelo Decreto-Lei 1.190, de 4 de abril de 1939, compondo o modelo 3+1 adotado nos cursos de licenciatura, que formavam os professores para ministrar as várias disciplinas que compunham os currículos das escolas secundárias e a Pedagogia que formava os professores para exercer a docência nas Escolas Normais.

O golpe militar de 1964 promoveu mudanças na vida e educação do país. A Lei 5.692/1971 modificou os ensinos primário e secundário, denominando-os de primeiro e segundo graus. As Escolas Normais desapareceram, nessa nova estrutura, sendo instituída em

seu lugar a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau, sendo mais uma habilitação dispersa no meio de tantas outras, configurando um quadro de precariedades bastante preocupante (SAVIANI, 2009).

Para as quatro últimas séries do ensino de 1º grau e para o ensino de 2º grau, a Lei 5.692/1971 previu a formação de professores em nível superior, em curso de licenciatura curta (3 anos) ou plena (4 anos). Ao curso de Pedagogia, além da formação para o magistério, conferiu-se a atribuição de formar os especialistas em Educação (diretores, supervisores, orientadores e inspetores).

Paralelamente a esse ordenamento, desencadeou-se a partir de 1980, um amplo movimento pela reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciaturas que adotou o princípio da docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação. A luz desse princípio, a maioria das instituições tendeu a situar como atribuição do curso de Pedagogia a formação do professor de educação infantil e para as séries iniciais do ensino fundamental.

O curso de Pedagogia e a formação do professor de Educação Infantil

Com a promulgação da Lei n. 9.394/1996 - LDBEN, a educação da criança pequena passou a ser responsabilidade de um professor com formação em nível superior, em curso de licenciatura/Pedagogia, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitido o nível médio, na modalidade normal como formação mínima para o exercício do magistério.

Historicamente, a criação do Curso de Pedagogia relaciona-se com o crescimento da escolarização no Brasil. Surge com o processo de organização das Universidades, na década de 1930, precisamente com a instituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em que se previa a existência dos Institutos de Educação. Nesse período, exigia-se que a formação de professores para o ensino secundário acontecesse no ensino superior. No entanto, evidências apontam que as raízes do curso de pedagogia encontram-se na Escola Normal (SILVA, 2002).

A estruturação do curso de Pedagogia só veio se efetivar com o Decreto-Lei n. 1.190/39, quando da organização da Faculdade Nacional de Filosofia que inicia seu funcionamento em 1940, com uma seção que tratava da formação de professores para o ensino secundário, normal e superior. A Faculdade de Filosofia ainda apresentava entre seus objetivos, o de realizar pesquisas nas Áreas da Ciência, Pedagogia, Literatura e Filosofia.

Sobre o Decreto-Lei 1.190/1939, Mendes apud Silva (2002 p. 11-12) busca explicitar que:

[...] visando a dupla função de formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico, ficou instituído o chamado padrão federal, ao qual tiveram que se adaptar os currículos básicos dos cursos oferecidos pelas demais instituições do país. [...] Para a formação de bacharéis ficou determinada a duração de três anos, após os quais, adicionando-se um ano de curso de didática, forma-se-iam os licenciados num esquema que passou a ser conhecido como 3+ 1.

Segundo Brzenzinski (1996, p. 96) “esse padrão federal de universidade redundou na formação dos professores para o campo do prático-utilitário, ou seja, em virtude desse pragmatismo, há uma centralização no caráter profissionalizante do curso de Pedagogia, transformado em campo exclusivamente prático”.

Aguiar et al (2006) afirma que as várias identidades atribuídas ao curso de Pedagogia resultam das diferentes interpretações do campo da pedagogia e das disputas político-pedagógicas dos atores sociais, nos diversos contextos sócio-históricos. Desta forma, as identidades revelam conflitos atinentes ao estatuto teórico epistemológico da pedagogia e do curso de pedagogia no que se refere, sobretudo, às concepções de licenciatura e bacharelado, ora visto como cursos distintos, ora como dimensões de uma estrutura única de curso.

Os autores situam como marco importante o ano de 1998, quando a comissão de especialistas de pedagogia desencadeou amplo processo de discussão, em nível nacional, ouvindo várias entidades resultando no documento das Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia e seu encaminhamento ao CNE, em maio de 1999, permanecendo por longos 8 anos aguardando definição. Durante este período, as várias iniciativas do MEC mais causaram confusões do que encaminhamentos positivos levando a uma política de crescimento desordenado do ensino superior privado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, consubstanciadas nos Pareceres CNE/CP n. 05/2005, 01/2006 e na Resolução CNE/CP n. 01/2006 demarcam novo tempo e apontam novos debates. As DCNs - Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; aos cursos de ensino médio de modalidade normal e em cursos de formação profissional; na área de serviços e apoio escolar; em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, abrangendo integralmente à docência, a participação da gestão e a avaliação de

sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e atividades educativas.

Tomados dessa forma, o trabalho docente e a docência implicam uma articulação com o contexto mais amplo, com os processos pedagógicos e os espaços educativos em que se desenvolvem, assim como demandam a capacidade de reflexão crítica da realidade em que se situam.

Com a aprovação das DCNs não se extinguem as polêmicas que acompanham as discussões sobre seu caráter e identidade. Esta é uma tarefa para a área da educação, para a investigação e a pesquisa interdisciplinar. A Lei 11.738/2008 equiparou a carreira docente do professor de Educação Infantil ao do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao instituir o piso salarial nacional para os professores da Educação Básica Pública. A partir desta lei, os professores de Educação Infantil passam a ter direito a um plano de carreira e a todas as conquistas da categoria profissional.

Em se tratando de Mato Grosso do Sul, a maioria dos docentes que se encontra na educação infantil já possui o Ensino Superior. A falta de formação se refere aos não-docentes, que são contratados de forma terceirizada, ou até mesmo efetivados por concurso público, mas são administrativos com diferentes nomenclaturas: monitores, berçaristas, atendentes, educadores, recreadores, auxiliares, assistentes, etc. São profissionais que ocupam uma vaga de professor, às vezes em período integral ou parcial, pois as prefeituras não contratam professores para os dois períodos. Alguns destes profissionais não possuem formação pedagógica, outros até a têm, no entanto, são pagos como administrativos, sem direitos e vantagens dos docentes e, com isto, o poder executivo municipal desqualifica e precariza o trabalho docente na educação infantil.

Portanto, a questão da formação de professores para trabalhar com a criança pequena continua sendo um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo campo da Educação Infantil nos próximos anos, já que trabalhar com crianças não é fácil, exige formação, pois não é uma tarefa de guarda ou proteção, mas uma responsabilidade educacional na qual são necessárias proposições teóricas claras, planejamentos e registros.

As atribuições e as funções do professor de educação infantil ainda têm pontos de controvérsias. Está claro que a formação e as características do professor em uma escola convencional não são as necessárias, nem as suficientes para realizar uma docência com especificidades de integrar as várias instâncias de educação, proteção, cultura e saúde. Desse modo, os professores da educação infantil estão vivendo um importante momento histórico

relacionado à construção de sua identidade profissional, o que aponta para a necessidade de formação constante e de reflexão sobre a prática pedagógica nas escolas infantis como horizonte para essa caminhada (BARBOSA, 2009).

A educação infantil rompe com a lógica do ensino fundamental – que é a de um professor sozinho na sua sala, com sua turma – pois ela precisa ser realizada em parceria. Isso significa propor uma formação que não seja a do trabalho individual, mas coletivo. O adulto deixa de ser o centro para compartilhar, com outro adulto e com as crianças, o papel de gerir diferentes aspectos da sala e seu funcionamento. Para que isso seja possível, é preciso investir nas relações humanas e no trabalho cooperativo.

Numa nova perspectiva, compreende-se o papel do professor como o de um orientador da busca do conhecimento, principalmente quando surge como necessidade para desenvolver o projeto do grupo e as necessidades e desejos individuais das crianças. Não há necessidade de material didático pronto para o professor aplicar e nem de cartilhas ou livros didáticos para as crianças. Mas, há relevância na criação de espaços de participação onde as crianças coloquem seus conhecimentos em jogo, permitindo confronto de ideias e opiniões, formas diferenciadas de resolução de problemas e questões, assim como a proposição de novos desafios, que ensinarão às crianças a se apropriarem da cultura e a desenvolverem seu pensamento (KRAMER, 2009).

Os achados da pesquisa: perfil do acadêmico ingressante no curso de Pedagogia

Os dados coletados demonstram que dos trinta e um acadêmicos pesquisados, 54% situa-se na faixa etária entre 16 e 20 anos, tendo a maioria 18 anos; 9,6% têm idade entre 21 a 25 anos; 17,4% de 26 a 30 anos; 6,2% de 31 a 35 anos; 3,2% entre 36 e 40 anos e 9,6% tem mais de 40 anos. Deste contingente, 54% são solteiros e o restante casados.

Estes dados são significativos ao demonstrar que a procura pelo curso de Pedagogia por jovens que terminam o ensino médio ampliou, já que anteriormente, este público era formado essencialmente por pessoas maduras, o que caracteriza um fato novo apontado pela pesquisa, o que pode evidenciar uma mudança de perspectiva e de valor em relação a profissão docente, em contraposição a dados levantados por outras pesquisas, tais como Gatti (2010) e Diniz (2011) que indicam a predominância dos alunos mais velhos, entre 30 e 40 anos no curso de Pedagogia e os mais jovens nas demais licenciaturas.

Quanto ao gênero, confirma-se ainda a feminização da docência na infância, em torno de 90,4% mulheres. Cabe ressaltar que embora a presença masculina ainda seja pequena,

apenas 9,6%, esta vem crescendo a cada ano, já que anteriormente não se via professores do gênero masculino, principalmente no trabalho com crianças pequenas.

Em relação ao lazer, 31,6% dos acadêmicos encontram por meio da Internet uma forma de se divertir. Esse meio de comunicação proporciona acesso a uma gama de informações e formas atrativas de lazer, por isso, o leitor ou apreciador desta rede não precisa sair de casa para conseguir assistir a um filme, ler ou até mesmo realizar atividades profissionais ou acadêmicas.

Os demais acadêmicos apontam como lazer a leitura de livros, bíblia, jornais e revistas, e alguns se interessam por cinema. Poucos praticam modalidades esportivas, a maioria cita a frequência a Igreja e o convívio com a família como atividades de lazer. Além disso, há um percentual de 6,25% dos alunos que frequentam diversões noturnas, como bares e casas de shows.

A renda familiar média destes estudantes situa-se entre três a dez salários mínimos. Percebe-se que uma parcela dos alunos devido à situação socioeconômica não tem acesso a uma bagagem cultural mais diversificada, situação vivenciada por grande parte da classe trabalhadora brasileira. Pertencentes a esta classe, estes alunos trabalham em sua maioria em serviços diversos, tais como: balconistas, serviços gerais, diaristas, atendentes. Poucos estão na área da educação atuando como estagiárias e ou auxiliares e um grupo menor não trabalha.

A concepção de docência na educação infantil dos acadêmicos ingressantes no curso de Pedagogia

Considerando o professor formado no curso de Pedagogia como o profissional responsável pela educação da criança de 0 a 6 anos e ciente do compromisso e importância da formação para este sujeito e área, a pesquisa procurou investigar a concepção do acadêmico ingressante no curso em relação ao Ser professor de Educação Infantil.

Os achados da pesquisa revelam que:

[...] Ser docente é muito mais do que levar conhecimento, informação. Mesmo estando no 1º ano, penso que professor é aquele que consegue transmitir o conhecimento de forma prazerosa e dessa forma trabalhar em conjunto com a família (pai, mãe, tio...) a fim de contribuir não apenas para a educação, mas também para a sociedade (A 16).

[...] A docência é uma das profissões mais belas. É onde o professor tem a autonomia de ajudar na vida dos seus alunos. Porque o professor hoje não é

só aquele que transmite o conhecimento, mas também aquele que educa e dá carinho (A 22).

[...] O professor é essencial para o desenvolvimento da criança. Ser educador é assumir a responsabilidade de ensinar, de contribuir com a educação da criança e passar ao aluno um mundo de descobertas e conhecimentos (A 31).

[...] Ser professor é centrar-se na necessidade das crianças e promover seu desenvolvimento [...] (A 01).

[...] É ser um mediador ativo, participativo na vida da criança. É educá-los de forma positiva, incentivando-os a praticar a cidadania, justiça, solidariedade, entre outros valores. (Aluno 07)

[...] É cuidar educando e amar, respeitar e também entender a criança. (Aluno 05)

Os fragmentos acima evidenciam uma imagem e relação positiva dos acadêmicos com a profissão docente, bem como a conscientização da importância do papel a desempenhar no trabalho cotidiano com as crianças pequenas. Os alunos também demonstram terem uma percepção mais contemporânea do ensinar e do aprender na educação infantil já que a escola de educação infantil deve oferecer à criança o contato com o contexto cultural ao qual pertence, ampliando sua visão de mundo, em um local planejado e preparado para ser agradável e instigante à sua curiosidade, no qual aprende o valor da beleza dos detalhes e do bem viver e onde pode ser ouvida e respeitada.

Tais práticas educacionais exigem adultos envolvidos com o compromisso coletivo de oferecer atenção e assumir uma atitude de confiança na criança que está ali para participar dos acontecimentos com os adultos, aprendendo a conviver nesse mundo que se apresenta a ela. Essa crença na criança se faz também presente nos fragmentos abaixo:

[...] Ser professor é formar honestos cidadãos, é ter a responsabilidade que você vai fazer parte da formação de um futuro profissional, pois tudo passa pelas mãos do professor. Nada mais gratificante que olhar para frente e ver um aluno dizer “agradeço o que sou hoje pelo meu professor”. Então, ser professor é ser o alicerce de um futuro (A 21).

[...] É educar a criança com a responsabilidade de criar ou aperfeiçoar o caráter humano. (A 09).

[...] É um mediador entre a criança e o conhecimento, é uma pessoa que fica na memória da criança para sempre. Deve gostar, identificar-se com o que faz. (A 08)

[...] A docência é a base da educação, ela é o início de uma caminhada que talvez iremos percorrer durante boa parte de nossas vidas. Ser professor em minha opinião, agora depois de começar o curso é um dom que aprendemos a aperfeiçoar a cada aula ministrada (A 02).

Percebe-se um certo romantismo ao se relacionar a profissão como “alicerce do futuro” ou ainda como um “dom”. Essa visão pode estar atrelada ao fato de os acadêmicos estarem no início da formação, na qual os conhecimentos ainda não estão consolidados e sofrem a influência religiosa impregnada na educação brasileira, fruto da herança jesuítica.

Os acadêmicos demonstram por meio de seus relatos o aporte humanístico que o curso e instituição Salesiana defendem, ou seja, o respeito, a afetividade, o compromisso com a formação do cidadão e o papel humanizador da educação.

Evidenciam também a identificação com a área de formação e atuação, embora ainda não tenham clareza numa perspectiva mais analítica dos problemas e desafios postos a educação infantil no que diz respeito a ser a primeira etapa da educação básica, ou seja, a obrigatoriedade de matrículas e a falta de vagas, o embate entre o educar e o cuidar, entre a educação e a assistência, entre a identidade e os saberes profissionais do professor, entre a valorização da docência e as condições de trabalho. Este fato transparece nos relatos abaixo.

[...] Sempre tive a informação que docência é algo árduo, não no sentido da dificuldade, do planejamento, do domínio do ensinamento, mas no sentido pejorativo. Com o tempo percebi que era isso que eu queria e pude formar meus próprios conceitos e julgamentos. Professor sempre foi e continua sendo uma pessoa que merece muito respeito (A 14).

[...] Atualmente o professor é um formador de opinião crítica. Ser professor é assumir uma responsabilidade muito grande, tem que gostar da profissão. Neste país ser professor é muito difícil, baixo salário e falta de reconhecimento (A 28).

[...] É ser formador de opinião e acredite, até de caráter. Tive certo receio ao optar pelo curso e acredito na forte influência que o professor tem sobre os alunos. Gosto da profissão, porém o desafio é grande por lidar com grande número de crianças em sala de aula e com uma enorme variedade de histórias pessoais e sociais, às vezes assusta, pois é muita responsabilidade. Mas acredito na boa formação universitária e com dedicação ser professor não será tão assustador (A11).

Como se pode depreender por meio das respostas coletadas, os acadêmicos ingressantes do curso de Pedagogia têm consciência da complexidade que envolve o trabalho docente, bem como seu cunho social e político. A concepção de docência evidenciada pelos

mesmos demonstra que a profissão é definida, na maioria das respostas, pelo seu caráter social e propiciadora de recursos necessários à formação humana.

Nesta perspectiva, os acadêmicos, sujeitos da pesquisa, ainda terão um longo caminho a percorrer em busca de uma formação que integre, por um lado, formação cultural, ética e estética nas diferentes linguagens expressivas, e, por outro, que considere a construção de processos de afirmação e de identidade dos professores.

Em suma, uma formação que integre razão e imaginação. Afinal, ao educar e cuidar de crianças pequenas, o professor não oferece apenas aquilo que sabe, mas também aquilo que é através das interações. Há uma especificidade clara no trabalho do professor de educação infantil que é a de ter a sensibilidade para as linguagens da criança, para o estímulo à autonomia, para mediar a construção de conhecimentos científicos, artísticos e tecnológicos e, também, para se colocar no lugar do outro (BARBOSA, 2009).

Um outro ser criança na sua condição de ator social de direitos que necessita ser cuidado e educado por uma pedagogia sustentada nas relações, nas interações e em práticas educativas voltadas para suas experiências cotidianas e seus processos de aprendizagem no espaço coletivo. Um espaço que se torne ambiente e que possa ofertar uma experiência de infância potente, diversificada, qualificada, uma instituição aberta à família e sociedade.

Considerações finais

O trabalho de pesquisa empreendido pretendeu identificar o perfil do acadêmico ingressante no curso de Pedagogia e sua concepção sobre a docência na educação infantil a partir de uma análise da história da educação brasileira contemplando os cursos de formação de professores, evidenciando as sucessivas legislações que vieram a regular o Curso de Pedagogia e as discordâncias quanto à sua finalidade e currículo.

Em relação ao perfil encontrou-se um grupo jovem em sua maioria, recém saído do ensino médio e que busca a profissão docente consciente da sua complexidade, caráter político e social. Esse dado é novo e relevante e se contrapõe as pesquisas desenvolvidas nos últimos anos que mostram a baixa demanda pelas licenciaturas e uma situação de crise na profissão docente.

As respostas fornecidas às proposições levantadas evidenciaram opiniões apegadas, em sua maior parte, à função social do profissional da educação. Constatou-se que várias visões ocorrem a respeito da função do professor. Em certos contextos, é tido como

referencial para a formação humana e que deve assumir condutas integradas à família, noutros é concebido como promovedor da criticidade e noções de cidadania. Muitos acadêmicos consideram relevante a função social da docência no desenvolvimento de pessoas, orientando-as e conduzindo-as a uma emancipação social.

Os relatos também evidenciam o olhar para a profissão com um certo romantismo, pois estão no início do curso e os conhecimentos e concepções não consolidados sofrem a influência religiosa, fruto da herança jesuítica, no sentido de conceber a educação como sacerdócio e ou dom. Entretanto, se posicionam a favor da educação da criança pequena com responsabilidade, sensibilidade e ética, demonstrando compreender que quem cuida educa e quem educa cuida.

Os achados apresentados neste texto mostram-se relevantes, pois demonstram um novo olhar para a formação do professor de educação infantil, o que demanda novas pesquisas que confirmem ou refutem estes dados. Finalizamos esperando ter cumprido com nosso propósito inicial de contribuir para a reflexão e discussão na área de formação docente visando uma maior qualificação do profissional da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. et al. Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.27. n. 96, Out. 2006.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil**: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC/UFRGS, 2009.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papyrus, 1996.

DINIZ-PEREIRA, Julio Emílio. O ovo ou a galinha: a crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a educação brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 92, n.230, p.34-51, jan/abr. 2011

GATTI, Bernardete. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.113, p. 1355-1379, out-dez, 2010

KRAMER, Sonia. **Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicos para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEC, 2009.

LIBÂNIO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação do profissional da educação: uma visão crítica e perspectivas e mudança.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-58.

PIMENTA, Selma Garrido. et al. **Pedagogia, formação de professores – E agora?** Problemas decorrentes das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**, jan.abr. v. 12 n. 34, São Paulo, 2007, p. 94-103.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v.14, n.40. jan/abr.2009.

SHEIBE, Leda; AGUIAR, Marcia Angela. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão. **Educação e Sociedade**, n.68, p. 220-238, dez. 1999.

SHEIBE, L.; AGUIAR, M.A. **Formação de identidade do pedagogo no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 9-22.

SILVA, C.S.B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade.** Campinas: Autores Associados, 1999.

SHEIBE, L.; AGUIAR, M.A. **Pedagogia e Pedagogos: Caminhos e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2002.

SOBRE A AUTORA:

Marta Regina Brostolin

Pós-doutoramento em Estudos da Criança, Especialidade Sociologia da Infância pela universidade do Minho (UMINHO). Docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – PPGE, , Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa da Docência na Infância – GEPDI. E-mail: brosto@ucdb.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4262-2222>

Recebido em: 01 de maio de 2018
Aprovado em: 19 de fevereiro de 2019
Publicado: 26 de agosto de 2019